

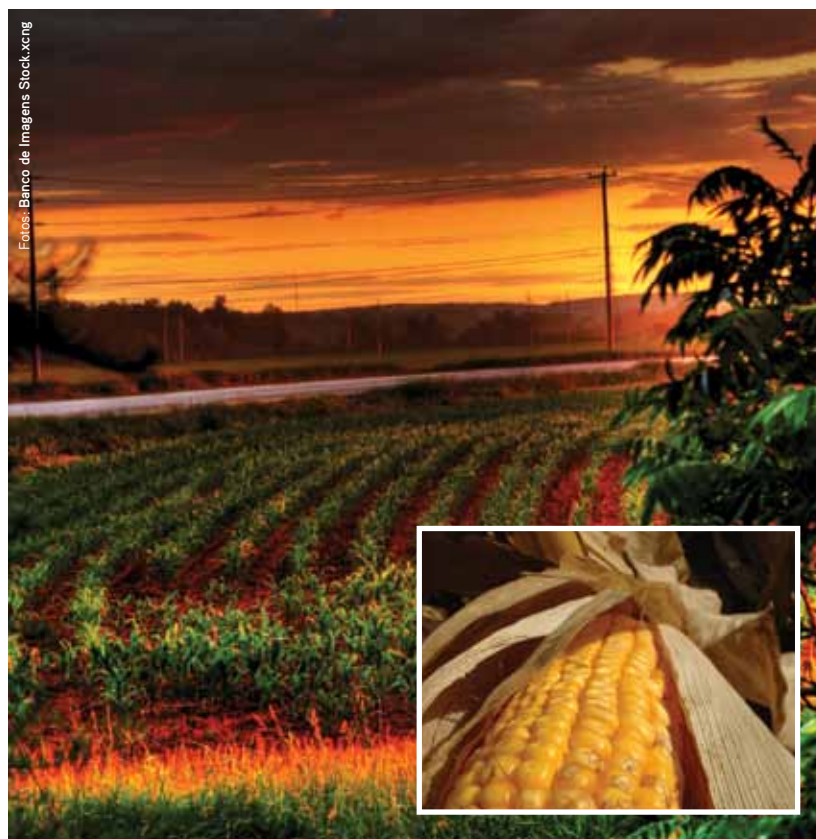
Planta Flex vai produzir etanol de milho no Mato Grosso

A cidade de Campos de Júlio, na microrregião do Parecis, no oeste do Mato Grosso, vai abrigar a primeira Planta Flex do Brasil: a Usimat Flex, usina que, além de manter a atual produção de etanol de cana-de-açúcar, passará a produzir etanol de milho a partir de fevereiro do ano que vem.

O LANÇAMENTO da pedra fundamental da nova usina foi realizado no final de novembro. O projeto, que envolveu entidades de toda a cadeia produtiva do milho na região, conta com a assessoria técnica da Novozymes Latin America, líder mundial na produção de enzimas.

Com a tecnologia das plantas do tipo Flex desenvolvida e aplicada pela Novozymes, o Brasil passará a integrar o grupo dos países que produzem etanol de cereais. Nos Estados Unidos, que exporta etanol para o Brasil, o milho já é utilizado para produzir cereais há mais de uma década, enquanto na Itália e na China as matérias-primas são, respectivamente, o capim elefante e o arroz. A Usimat foi uma das empresas que participou em setembro passado de um seminário promovido pela Novozymes, na Argentina, para incentivar os produtores da América Latina a investirem em plantas flex.

“O projeto das plantas flex tem por objetivo oferecer uma opção rentável e eficiente para que os produtores possam aproveitar o excedente do milho para produzir etanol nos períodos de entressafra da cana-de-açúcar. O interessante do milho é que você pode armazená-lo por até um ano”, explica Mário Cacho, gerente de vendas para a indústria da Novozymes. Cacho é



quem assessora o projeto da Usimat Flex. O atendimento pré e pós-venda de enzimas, usadas na produção de etanol de primeira e segunda geração, faz parte da filosofia da empresa nas soluções que oferece aos clientes.

Nova alternativa – O prefeito de Campos de Júlio, Dirceu Martins Comiran, avalia que “a produção de etanol de milho vai ajudar a melhorar os preços do produto e ainda gerar uma ração animal de alto valor proteico para o gado de confinamento”. Segundo o diretor da Usimat

Flex, Sérgio Barbieri, em fevereiro e março do ano que vem a planta vai processar as primeiras toneladas de milho. Entre março e dezembro de 2012, a usina voltará a produzir apenas etanol de cana-de-açúcar e, a partir de 2013, passará a processar simultaneamente milho e cana. Barbieri espera recuperar o que investiu na usina em cinco anos com a venda do etanol de milho como combustível automotivo.

A produção de etanol de milho dará uma nova alternativa de mercado aos produtores de milho

do Mato Grosso, que hoje sofrem as consequências do alto custo de escoamento do produto devido à distância dos portos. Das oito milhões de toneladas de milho que o Mato Grosso produz por ano, cerca de 50% torna-se excedente de produção. Distante cerca de mil quilômetros de Porto Velho e a mais de 2,5 mil km dos portos de Santos e Paranaguá, o milho da região de Campos de Júlio tem alto custo de transporte.

"Hoje, de cada duas safras de milho transportadas, uma vai para pagar o transporte", ressalta o presidente da Associação Bra-

sileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), Glauber Silveira da Silva, que também representa os produtores de milho. Ele estima que cerca de cinco mil produtores serão beneficiados no Mato Grosso quando usinas como a Usimat Flex entrarem em operação. "É uma iniciativa pioneira que certamente será copiada", prevê.

"O etanol de milho será um regulador de mercado, ajudará a manter o equilíbrio de preços", destaca o presidente do Sindicato Rural de Campos de Júlio, Ademir Rostirolla. Ele conta que tanto o sindicato quanto a Aprosoja

participaram de uma pesquisa para a implantação de uma usina de álcool de milho com o apoio da Cooperativa Agroindustrial do Parecis (Coapar). "O nosso projeto mostrou-se inviável", conta. Mais tarde, com a orientação da Sival Indústria e Comércio (empresa de logística de cereais que atua no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná), a Usimat procurou a assessoria técnica da Novozymes Latin America para a implantação da planta flex. "A Usimat Flex é a concretização de um anseio de toda a nossa comunidade", conclui Rostirolla. ■

Comunidades extrativistas do Amapá são apoiadas pela Petrobras

COMUNIDADES tradicionais da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex), no Amapá, participam do Projeto Carbono Cajari, iniciativa que envolve 1.380 pessoas, em 13 comunidades e 300 castanhais. Patrocinado pelo Programa Petrobras Ambiental, o projeto receberá R\$ 3,7 milhões para combater o aquecimento global e a emissão de gases poluentes através de compensação ambiental por meio de empresas de médio e grande porte.

"Hoje já somos capazes de capturar carbono e transformá-lo em benefício para o mundo todo. Isso é uma valorização do ativo florestal", explica a diretora do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), Ana Euler. O IEF é um órgão vinculado ao governo do estado e será responsável pelo mapeamento dos castanhais nas 13 comunidades, que se encontram nos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão. O trabalho de campo começa em dezembro, com a participação de 20 alunos de escolas e universidades do estado.

Os recursos da Petrobras também serão utilizados para a compra de maquinário e equipamentos, conserto de máquinas e na construção

de fábricas de beneficiamento da castanha. O extrativista Joaquim Belo, coordenador do projeto, afirma que isso ampliará a infraestrutura de quem trabalha na região. "Vai aumentar a produção e melhorar o armazenamento. Além disso, vamos manter a floresta no lugar e evitar que ela se transforme em uma roça, contribuindo para a qualidade de vida no planeta", destaca Belo.

O Projeto Carbono Cajari foi dividido em cinco Núcleos Comunitários de Referência (NCR), que incluem o mapeamento dos castanhais para quantificação da produção e do potencial de emissões evitadas; fixação de carbono através da expansão da população de castanheiras nas áreas de roçado; melhoria da infraestrutura e processo de coleta, armazenamento, beneficiamento e transporte da produção; capacitação ambiental, produtiva e gerencial e capacitação e treinamento gerencial administrativo-financeiro.

A expectativa é de que o projeto se consolide entre as comunidades e tenha impactos positivos ao longo dos anos para os castanhais, que são hoje a principal fonte de geração de renda para toda a região. Segundo



o pesquisador da Embrapa Amapá, Marcelino Guedes, as informações geradas por pesquisas inseridas na realidade local, que são realizadas na região desde 2005, foram muito importantes para a elaboração e a aprovação do projeto.

A consciência da necessidade de ações para diminuir os gases do efeito estufa foi estabelecida em 1997 entre os países que firmaram um acordo assinado no Japão, conhecido como Protocolo de Kyoto. A partir dele foi proposta a possibilidade de compensar financeiramente iniciativas que contribuíssem para a diminuição da poluição do ar. ■